

A EXPERIÊNCIA DOS ESTUDOS (DE ÁREA) AFRICANOS: UMA HISTÓRIA INTELECTUAL*

Enocent Msindo  

Universidade Rhodes

Desde a Revolução Industrial europeia, os interesses religiosos, políticos e econômicos ocidentais demandavam em alguma medida a descoberta e estudos do “Outro” não-ocidental. Em particular, a era do Iluminismo (principalmente após o século XVII) deu origem ao que David Ludden viu como um “esforço para apoiar teorias do progresso humano comparando a Europa com outras regiões do mundo”. Neste período, apareceram enciclopedistas e outros escritores que acreditavam que o conhecimento do mundo poderia ser obtido pela “coleta e organização de dados específicos de todos os contextos humanos” e por sua interpretação de uma forma universal, mas ainda assim particularista.¹ O desejo de conhecer o “Outro” para explicar o “súdito” com parâmetros de conhecedor elucidava a necessidade de agrupar essas toneladas de material sobre a África, a Índia, o Extremo Oriente e as Américas durante as “viagens de descobertas”.² As observações rudimentares da geografia, da economia da África e da Ásia eram comuns e aumentaram ao longo do século XIX,

* A pesquisa que levou a essa publicação foi financiada pela Estratégia de Excelência da Fundação Alemã de Pesquisa (Deutsche Forschungsgemeinschaft, DFG) – EXC 2052/1 – 390713894. A DFG não é responsável pelos pontos de vista expressos neste artigo. O autor gostaria de agradecer aos pareceristas anônimos e aos editores da *Afro-Ásia* pelas considerações extremamente úteis feitas acerca deste manuscrito. Traduzido do inglês por Edgleice Santos da Silva.

1 David Ludden, “Why Area Studies?” in A. Mirsepassi, A. Basu e F. Weaver (eds.), *Localizing Knowledge in a Globalizing World: Recasting the Area Studies Debate* (Syracuse: Syracuse University Press, 2003), pp. 131-137.

2 O autor brinca com duas acepções da palavra inglesa “*subject*”, que tanto pode ser traduzida como “súdito” ou “subordinado” (neste caso, o súdito colonial do Império Britânico), quanto referir o objeto de uma pesquisa acadêmica ou o tema de uma conversa erudita – NT.

pouco antes de essas regiões terem sido colonizadas. Por exemplo, a Real Sociedade Geográfica Britânica desenhou os primeiros mapas da África e Ásia com base no trabalho de seus exploradores e nos registros de missionários e caçadores que já haviam atravessado essas terras. Estes mapas vieram a ser importantes para a inteligência militar e a espionagem, assim como para coletar dados econômicos e políticos chave sobre países inimigos e suas pretensões coloniais.³

A maioria dos que escreveram sobre a África e outros lugares não eram necessariamente estudiosos, mas se tornaram especialistas na “área” antes que a Academia e a política institucionalizassem os Estudos de Área depois de 1945. As descrições da África feitas por missionários, caçadores, exploradores e aventureiros, particularmente marcadas pela forte ideia do darwinismo social, foram seguida por um *corpus* de escritos dos primeiros administradores coloniais, “especialistas” em estudos culturais, incluindo antropólogos e outros com anos de experiência entre os africanos. A partir de cada colônia, esses advogados da “civilização europeia” produziram relatos essencialmente descritivos sobre a África, apimentados com fortes estereótipos eurocêtricos. Isso explica a percepção popular dos africanos como primitivos. Ao ler muitos de seus relatos, percebemos que a principal preocupação era “conhecer” o africano através de um exercício básico de recolha de informações e inteligência, como haviam feito nos primórdios da Índia colonial.⁴ Esses primeiros trabalhos não estavam interessados em “descrições densas” da África, nem demonstravam qualquer interesse maior pelas civilizações e tecnologias africanas existentes. Onde não podiam ignorar a evidência de civilizações, como no caso do complexo arqueológico do Grande Zimbábue, presumiam que

3 Michael Heffernan, “Geography, Cartography and Military Intelligence: The Royal Geographical Society and the First World War”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 21, n. 3 (1996), pp. 504-533. Ver também Peter Collier e Rob Inkpen, “The Role of Mapping in the Colonisation of Africa, 1880-1914”, *Proceedings of the International Cartographic Association*, 2015.

4 Ver, em termos gerais, C. A. Bayly, *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

havia sido construídas por estrangeiros. No entanto, essas primeiras informações sobre a África serviram como parâmetros para estudos posteriores, na mesma medida que conformaram imagens populares do “Outro”.

O estudo sistemático da África, porém, só começou quando já havia decorrido quase metade do período colonial. Na Grã-Bretanha, a Escola de Estudos Africanos e Orientais (School of Oriental and African Studies, SOAS), fundada em 1916 como Escola de Estudos Orientais e renomeada em 1938 para incluir os Estudos Africanos, tinha como missão contribuir para fortalecer o domínio econômico e político da Grã-Bretanha na África e na Ásia. A instituição formava administradores coloniais, comerciantes, missionários, pessoal médico, professores e oficiais militares, instrumentalizando-os com conhecimentos (sobre os costumes, a religião, a língua, as leis e as histórias africanas e asiáticas) e habilidades consideradas necessárias para trabalhar na África.⁵ A SOAS foi, portanto, estrategicamente configurada para dar apoio aos interesses imperiais britânicos. Desde a década de 1950, no entanto, com um maior aporte de fundos estatais e de fundações privadas, a escola formou uma nova safra de estudantes (incluindo estudantes africanos) para fazer pesquisas sobre o continente durante o período da descolonização política.

Além da SOAS, havia na Grã-Bretanha a Real Sociedade Africana (Royal African Society), fundada em 1901 como Sociedade Africana e rebatizada em 1935. A Real Sociedade Africana tinha sua própria revista, *African Affairs* [Assuntos Africanos], que publicava alguns artigos acadêmicos, mas que inicialmente era voltada para o público em geral. Havia também uma sociedade acadêmica, o Instituto Internacional de Línguas e Cultura Africanas (International Institute of African Languages and Culture), criado em 1928, e renomeado em 1975 como Instituto Internacional Africano (International African Institute, IAI). O IAI também


5 Christopher Fyfe, “The Emergence and Evolution of African Studies in the United Kingdom” in William G. Martin e Michael O. West (eds.), *Out of One, Many Africas: Reconstructing the Study and Meaning of Africa* (Chicago: University of Illinois Press, 1999), pp. 54-61.

publicava sua própria revista, *Africa*. A instituição tinha como objetivo “coordenar o trabalho que pesquisadores internacionais estavam fazendo sobre a África e relacionar as suas descobertas com as necessidades daqueles que estavam trabalhando na África”.⁶ O IAI permitiu que administradores, missionários e pesquisadores cooperarem e compartilhem informações sobre o continente. Como observado por Roquinaldo Ferreira, “entre 1942 e 1948, soldados e funcionários da coroa britânica formaram a maior parte dos estudantes (34%) do IAI, seguidos por diplomatas e funcionários do Departamento de Assuntos Coloniais”.⁷


Nas colônias, versões rudimentares de “Estudos de Área” iam emergindo à medida que os relatos majoritariamente descritivos de funcionários coloniais e colonos eram publicados. Na Rodésia do Sul, por exemplo, uma revista semiacadêmica chamada *Native Affairs Departmental Annual* [*Anuário Departamental de Assuntos Indígenas*] (*NADA*) popularizou os primeiros estudos sobre o território.⁸ O *NADA* não tinha um foco específico e publicava praticamente qualquer coisa que se quisesse.⁹

Uma lacuna corriqueira nas discussões sobre a formação dos Estudos Africanos envolve o trabalho do britânico Lord Hailey e o *African Survey* produzido pelo comitê que presidiu, publicado em 1938. Pode-se argumentar que este relatório foi o precursor imediato da institucionalização dos Estudos Africanos na Grã-Bretanha. Em resposta a um desafio proposto pelo general Jan Smuts, durante uma conferência em memória do investidor e ideólogo colonial Cecil Rhodes, de compilar um relatório de abrangência continental sobre os princípios diversos e conflitantes que

6 Fyfe, “The Emergence and Evolution of African Studies in the United Kingdom”.

7 Roquinaldo Ferreira, “The Institutionalization of African Studies in the United States: Origin, Consolidation and Transformation”, *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59 (2010), p. 77 .

8 Para efeito de coerência com a bibliografia sobre o tema em português, o termo “*native*” foi traduzido, neste artigo, por “indígena”, seu equivalente na estrutura conceitual e jurídica do colonialismo português na África – NT.

9 O historiador David N. Beach escreveu o que pode ser classificado como uma hagiografia do *NADA*. Ver David N. Beach, “*NADA* and Mafohla: Antiquarianism in Rhodesia and Zimbabwe with Special Reference to the Work of F.W.T. Posselt”, *History in Africa*, v. 13 (1986), pp. 1-11 .

estavam sendo aplicados “nos campos administrativo, social, educacional e jurídico” nas colônias africanas, e uma “análise da medida em que o conhecimento moderno estava sendo aplicado aos problemas africanos”, Lord Hailey (que acabara de se aposentar do cargo de Governador da Índia) montou um comitê convidando eminentes funcionários do governo da Inglaterra; criadores da política colonial, como o famoso Lord Lugard; Henry Clay, o consultor econômico do Banco da Inglaterra; intelectuais-chave tanto das ciências quanto das humanidades; além de editores de revistas acadêmicas. O comitê se dedicou a fazer um levantamento centrado nas colônias britânicas, francesas e belgas ao sul do Saara, cujos resultados foram compilados em um volume de 1.837 páginas, publicado como *An African Survey: A Study of Problems Arising in Africa South of the Sahara* [Um inquérito africano: um estudo dos problemas emergentes na África ao sul do Saara]. A pesquisa foi patrocinada pela Carnegie Corporation de Nova York e pelo Rhodes Trust.¹⁰ A equipe de Lord Hailey descreveu suas observações, abrangendo a geografia da África, seus povos, idiomas, crescimento populacional, formas de governo, direito e justiça, a política indígena, impostos e o sistema econômico, trabalho, terra, agricultura, silvicultura, água, erosão do solo, saúde, educação, desenvolvimento econômico, sistemas de transportes, e muitos outros tópicos. O relatório gerou muita curiosidade em torno do estudo da África. Também foram feitas recomendações de maior alcance sobre como a África devia ser estudada, enfatizando a importância de abordagens interdisciplinares (o uso sistemático de todas as áreas do conhecimento e seus métodos para explicar os fenômenos). Após 1945, essa abordagem interdisciplinar se tornaria a perspectiva globalmente dominante nos Estudos de Área.¹¹

O *African Survey* dedicou-se a imaginar pesquisas úteis para resolver questões-chave para os problemas africanos (leia-se coloniais). Como em abordagens anteriores, o objetivo era fortalecer o controle

10 Lord Hailey, *An African Survey: A Study of Problems Arising in Africa South of the Sahara*, Oxford: Oxford University Press, 1938, p. v., xxi.

11 Jean B. Duroselle, “Area Studies: Problems of Method”, *International Social Science Bulletin*, v. 9, n. 4 (1952), pp. 636-646.

colonial através da compreensão e da solução do “problema indígena”. Cito Hailey com certa minúcia aqui:

As necessidades especiais da África neste estágio relacionam-se a um estudo mais abrangente dos fatores que determinam a natureza do seu desenvolvimento social, e a uma abordagem mais científica do problema da saúde e do bem-estar material derivado de suas características físicas. [...] A África se apresenta como um laboratório vivo, no qual a recompensa do estudo pode se revelar não apenas a satisfação de um impulso intelectual, mas uma efetiva contribuição ao bem-estar de um povo. Uma abordagem científica à questão do desenvolvimento africano exige o estudo de problemas de natureza social tanto quanto daqueles que envolvem a aplicação das ciências físicas. [...] Nenhuma questão pode ser estudada isoladamente, há uma interdependência estreita entre todos os problemas essenciais da África. [...] a pesquisa sobre os problemas do desenvolvimento africano deve ter sempre algo do carácter de um empreendimento cooperativo.¹²

Também refletimos aqui sobre as recomendações de Hailey e seus colegas sobre o futuro que vislumbravam para os Estudos Africanos, uma vez que elas de fato tiveram um impacto sobre o campo depois de 1945. A primeira diz respeito à sua visão sobre a interdisciplinaridade. Eles argumentavam que:

a tarefa dos serviços sanitários não é meramente proteger contra doenças prevalentes; eles devem investigar, em companhia do analista químico do solo, os fatores responsáveis pela desnutrição, e se aliar ao entomologista para explorar a ecologia dos insetos vetores de doenças. Amiúde a solução sequer reside na aplicação de qualquer dos processos da ciência médica, mas na redistribuição da população para evitar contato com fontes de infecção, ou para assegurar-lhes melhores meios de nutrição.¹³

A segunda recomendação de Hailey era a de que todos os esforços dirigidos a pesquisas sobre a África, que até então tinham sido patrocinados por agências externas e pelo governo, fossem coordenados,

12 Hailey, *An African Survey*, pp. xxiv-xxv.

13 Hailey, *An African Survey*, p. 1612.

desenvolvendo-se, a partir do centro, “uma cadeia de estações de pesquisas interconectadas baseadas em instituições imperiais centrais”. Ele acreditava que essa coordenação poderia ajudar dando direção e evitando a duplicação de trabalhos por parte de diversas organizações de pesquisa semelhantes.¹⁴ Em defesa do imperialismo do conhecimento, ele argumentava que “a Grã-Bretanha deveria ter uma participação ampliada na pesquisa sobre a África, como uma alternativa à expansão de estabelecimentos empregados nas colônias”, considerando que uma instituição de pesquisa metropolitana seria mais adequada para atrair pesquisadores de carreira do que suas contrapartes coloniais, comprometidas demais com atividades de rotina para que sua pesquisa fosse efetiva. Para Lord Hailey, a preocupação primordial não era meramente o avanço da investigação sobre a África, mas também que esse conhecimento estivesse publicamente disponível nas metrópoles.¹⁵ Neste sentido, a produção do conhecimento sobre a África deveria servir aos interesses imperiais, e incitar a curiosidade dos apoiadores públicos do Império Britânico.

Em terceiro lugar, Hailey recomendou a criação de um fundo especial de pesquisa controlado a partir de um centro, alegando que as pesquisas nas colônias não seriam viáveis sem o financiamento generoso do Tesouro Britânico por meio de um sistema de subvenções controladas centralmente.¹⁶ Em quarto lugar, e finalmente, o *African Survey* recomendou que fosse instituído um escritório de informações para tornar as informações sobre a África mais largamente disponíveis. Sugeria-se que todas as revistas, boletins, relatórios de pesquisa e informações em geral sobre a África publicados no Reino Unido, em suas colônias e em outras partes quaisquer fossem recolhidos por um futuro Escritório Africano a ser sediado em Londres, de modo que esses dados pudessem orientar pesquisas futuras no continente africano.¹⁷ Essa recomendação se

14 Hailey, *An African Survey*, p. 1624, 1625-1627.

15 Hailey, *An African Survey*, pp. 1628-1629.

16 Hailey, *An African Survey*, p. 1631.

17 Hailey, *An African Survey*, p. 1634.

prendia aos esforços do governo britânico de centralizar e controlar informações no período entreguerras.

Nossa extensa discussão sobre o *African Survey* pode nos ajudar a entender esse importante ponto de inflexão nos Estudos Africanos – qual seja, a transição da curiosidade de escritores generalistas, missionários, agentes coloniais, funcionários médicos e primeiros antropólogos coloniais para a institucionalização dos Estudos da Área. Embora o *African Survey* não fosse puramente um estudo acadêmico aprofundado, suas recomendações se ramificaram por mudanças nas políticas coloniais, por novas formas de financiar pesquisas de área, por procedimentos de sistematização de pesquisas extraídas da África, e pela criação de espaços para africanistas emergentes. O *African Survey* provocou mais interesse na pesquisa acadêmica a partir do pós-guerra, à medida que um número crescente de universidades estabelecia programas de Estudos Africanos. O rápido crescimento dos Estudos Africanos na Academia depois de 1945 reflete, portanto, a implementação de parte das recomendações de Hailey, assim como as circunstâncias políticas e econômicas em transformação que marcaram o Ocidente após a Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, a África permaneceu sendo a espinha dorsal da economia ocidental, fosse por via da pilhagem colonial direta ou por meio da opção neocolonial. Mais tarde, na década de 1970, o neoliberalismo foi fortalecido e implementado como uma ideia universalista – politicamente e economicamente (a noção do universo como um mercado global).

A ocupação econômica global e o impulso “democrático” associado que sustentavam o neoliberalismo exigiam novos caminhos de compreensão e engajamento com aquelas “áreas” do globo. Assim, os regimes de Margaret Thatcher (Grã-Bretanha) e Ronald Reagan (Estados Unidos) continuaram promovendo os Estudos de Área para transmitir determinadas ideias, especialmente a ideia de democratização, da sociedade civil e de revoluções a partir de baixo, para tirar de cena regimes comunistas, e também para descentralizar o controle do Estado sobre a atividade econômica. Por essa razão, era política e economicamente importante um conhecimento

maior e mais profundo das diversas áreas geográficas do mundo. Nessa época, por exemplo, emergiu na Grã-Bretanha a revista liberal *Journal of Southern African Studies* [*Revista de Estudos da África Austral*], com foco na região austral do continente africano, que ainda estava predominantemente sob domínio colonial direto. A revista era radical na sua cobertura de história, sociologia e estudos econômicos da região, demonstrando empenho em compreender regimes de trabalho, histórias da mineração, políticas rurais, identidades e subjetividades. A revista não era meramente um apêndice do regime neoliberal, já que alguns de seus autores (a julgar por uma rápida passada de olhos no primeiro volume, de 1974-1975), eram de fato marxistas em seu enquadramento analítico. Dito isto, analisaremos o desenvolvimento dos Estudos Africanos nos Estados Unidos da América depois de 1945, e como, a partir daí, os Estudos de Área tornaram-se um fenômeno globalizado.

Os Estados Unidos e a institucionalização dos Estudos de Área pós-1945

Antes de 1950, nos Estados Unidos, os estudos sobre África obedeciam a um impulso distinto do que na Inglaterra. Começou como parte de uma luta mais ampla dos negros norte-americanos racialmente oprimidos, cujas lutas por liberdade levaram-nos a refletir mais seriamente sobre ideias pan-africanistas, mobilizando seu conhecimento das lutas emancipatórias da Revolução Haitiana (um testemunho da capacidade dos escravos de libertarem a si mesmos) e buscando inspiração também em revoluções populares em outros lugares, como a Revolução Francesa ou a Guerra Civil Americana de 1861-1865. Também escreveram sobre reinos africanos antigos, para restabelecer a reputação dos sofisticados sistemas estatais da África pré-colonial, e, por extensão, estraçalhar o mito da incapacidade negra. Neste sentido, suas abordagens abriram espaço para estudos históricos comparativos que popularizaram e justificaram noções

globais emergentes de negritude. Como apontado por William Martin e Michael West, esses pesquisadores e escritores generalistas operavam na “tradição vindicatória”, a qual originou-se de “tentativas de intelectuais negros, escritores, panfletários e memorialistas para restabelecer a reputação da África e dos africanos, para defendê-los contra seus detratores na Europa e nas Américas que espalhavam calúnias sobre uma África obscura desprovida de cultura e história. Em resumo, o vindicacionismo foi um projeto para refutar o ‘embranquecimento’ do passado africano”.¹⁸ Emergindo nos primeiros anos do Novecentos em universidades negras fundadas depois da Guerra Civil Americana, essas ideias foram promovidas por um conjunto de historiadores autodidatas. Historiadores profissionais, como Carter G. Woodson, que não estava integrado no sistema universitário, fundaram em 1915 a Associação para o Estudo da Vida e História do Negro (Association for the Study of the Negro Life and History), substituindo-se mais tarde “negro” por “afro-americano”, a qual se tornou uma organização-chave para o estudo das questões afro-americanas nos Estados Unidos. Esta e outras associações publicavam uma série de periódicos proeminentes, como o *Journal of Negro History* [*Revista de História Negra*], o *Journal of Negro Education* [*Revista de Educação Negra*], *Phylon*, e o *Negro History Bulletin* [*Boletim de História Negra*], os quais popularizaram temas africanos e afro-americanos nos Estados Unidos. Em ligação com esses veículos estavam os trabalhos de W. E. B. Du Bois, que escreveu na década de 1930 a *Enciclopédia Africana*.¹⁹ Esses primeiros especialistas afro-americanos estabeleceram uma área de Estudos Africanos quase sem financiamento governamental, e enfrentando a oposição, um profundo cinismo e a falta de apoio de uma geração emergente de africanistas tais como Melville Herskovits, que em 1958 veio a ser o primeiro presidente da recém-fundada Associação de Estudos Africanos (African Studies

18 William G. Martin e Michael O. West, “The Ascent, Triumph, and Disintegration of the Africanist Enterprise, USA” in *Out of One, Many Africas: Reconstructing the Study and Meaning of Africa* (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1999), pp. 85-122.

19 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 87-88.

Association, ASA), e William Brown, um dos fundadores do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Boston e terceiro presidente da ASA.²⁰

A ASA foi formada em março de 1957, no mesmo ano em que Gana se tornou independente. Exceto pela África Austral, muitos outros países africanos se descolonizaram na década de 1960. A formação da ASA nesta altura não era uma coincidência, já que a maioria dos africanistas passaria a confundir ser africano com ser negro e proveniente da África subsaariana.²¹ Por volta da mesma década, ou ao menos uma década depois, muitas universidades africanas foram criadas com um forte grupo de africanistas dominando suas faculdades de ciências humanas e sociais. Esta tendência mudou nas décadas de 1970 e 1980, quando muitos desses primeiros africanistas viram seus esforços serem frustrados, abandonando o continente devido às crises políticas e econômicas do período, deixando em seu lugar um número ainda maior de africanistas que adotaram uma perspectiva fortemente afropessimista.²² Essa primeira geração abandonou instituições acadêmicas ainda não suficientemente consolidadas, e que contavam com um pequeno número de acadêmicos africanos negros recém-formados, muitos dos quais terminavam absorvidos por trabalhos mundanos no alto escalão do governo ou no serviço administrativo da universidade, o que prejudicava gravemente a sua produção.

Ao mesmo tempo em que utilizaram o trabalho dos primeiros pesquisadores afro-americanos como trampolim para suas carreiras, Herskovits e seus colegas africanistas deliberadamente deslegitimaram-nos, ocupando o lugar de “padrinhos” dos Estudos Africanos nos Estados

20 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 88-89.

21 Paul T. Zeleza, “African Studies and Universities since Independence: the Challenge of Epistemic and Institutional Decolonization”, *Transition*, n. 101: Looking Ahead (2009), pp. 110-135 .

22 Neste texto e em parte da tradição intelectual crítica africana, “africanista” se refere particularmente ao especialista estrangeiro, formado via de regra na Europa e nos Estados Unidos, que tende a promover uma agenda de pesquisa definida a partir de fora, muitas vezes implicando uma perspectiva explícita ou implicitamente eurocêntrica – NE.

Unidos.²³ Para Tiyambe Zeleza, esses novos africanistas apenas substituíram os antigos “Estudos Africanos afro-americanos” por “Estudos Africanos euro-americanos”, não porque fossem intelectualmente superiores, mas porque contavam com um significativo suporte financeiro (das fundações Ford, Carnegie, Mellon e Rockefeller) e o apoio do governo estadunidense. Por sua pretensão de objetividade e por sua falta de vontade de reconhecer a contribuição dos estudiosos afro-americanos, esses africanistas perderam a oportunidade de ultrapassar o racismo científico que caracterizava a relação cotidiana dos estadunidenses brancos com os “indígenas americanos”.²⁴ O número de filiados da ASA cresceu à medida que a Fundação Ford concedeu, entre 1954 e 1957, bolsas de pesquisa a universidades historicamente brancas, como Northwestern, Harvard, Boston, Duke, Stanford etc., para promover a sua nova versão dos Estudos Africanos.²⁵ Os africanistas também estabeleceram novas revistas acadêmicas, como em 1958 a *African Studies Bulletin* [*Boletim de Estudos Africanos*] (agora a *African Studies Review* [*Recensão de Estudos Africanos*]); em 1968 a *African Historical Studies* [*Estudos Históricos Africanos*] (atualmente a *International Journal of African Historical Studies* [*Revista Internacional de Estudos Históricos Africanos*]), e, em 1970, a *Research in African Literature* [*Pesquisa em Literatura Africana*].²⁶ Embora essas publicações aceitem a submissão de trabalhos de pesquisadores africanos, a maioria quase não tem, até hoje, acadêmicos negros baseados no continente africano nos seus conselhos editoriais, e não costuma publicar muitos artigos de pesquisadores do Sul

23 O termo inglês “Godfather” (padrinho) é uma alusão ao título original da famosa trilogia cinematográfica de Martin Scorsese sobre a máfia, traduzida no Brasil como *O poderoso chefe* – NT.

24 Paul T. Zeleza, “Reckoning with the Past and Reimagining the Futures of African Studies for the 21st Century”, *Africa Peacebuilding Network Lecture Series*, n. 4, Keynote Address at the Social Science Research Council Training Workshop, United States International University in Africa, Nairobi, 7 jan. 2019, pp. 7-8 ☒.


25 Carol A. Dressel, “The Development of African Studies in the United States”, *African Studies Bulletin*, v. 9, n. 3 (1966), pp. 66-73 ☒.

26 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 89-90. Ver também, de modo mais geral, Pearl T. Robinson, “Area Studies in Search of Africa: The Case of the United States” in Paul Tiyambe Zeleza (ed.), *The Study of Africa: Vol. II – Global and Transnational Engagements* (Dakar: Codesria, 2007), pp. 235-276.

Global. Devido à sua posição financeira dominante, o apoio institucional e político, e com suas novas revistas, os africanistas dos Estados Unidos se tornaram verdadeiros guardiões dos portões [*gatekeepers*], controlando quem podia ser admitido como membro da ASA, bem como o que era publicado nos seus periódicos. Assim, tornaram-se agentes principais na definição da agenda dos Estudos Africanos. Embora tivessem algumas pretensões liberais, faltava-lhes uma autointrospecção mais profunda sobre questões de raça e racismo. O primeiro quadro diretor da ASA tinha oito membros e apenas uma pessoa negra, Franklin Frazier. Esse processo fraturado de fundação levou à manifestação, em 1968, de um novo grupo, que ficou conhecido como Bancada Negra (Black Caucus), o qual questionou a falta de inclusão da ASA, sua relevância para os Estudos Africanos, sua competência para entender e lidar com as questões enfrentadas por negros em todo o mundo, e sua incapacidade de desenvolver rapidamente os Estudos Afro-Americanos e criticar o racismo disseminado nos Estados Unidos.²⁷

A ascensão dos Estudos Africanos nos Estados Unidos foi motivada por três considerações – a Guerra Fria; a política racista da sociedade estadunidense; e a ignorância estadunidense acerca do resto do mundo, o que demandava a introdução dos Estudos de Área como parte de seu colonialismo global do conhecimento e do controle a partir de seus pontos de vista privilegiados. Discutiremos isso brevemente abaixo.

Em primeiro lugar, o avento dos Estudos de Área fazia parte do projeto político dos Estados Unidos de dominar os assuntos globais, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, e ofuscar o seu arqui-inimigo, a União Soviética comunista e sua crescente rede global de aliados. Em 1958, foi promulgada a Lei de Educação de Defesa Nacional (National Defense Education Act, NDEA). Por meio do disposto nos seus Títulos IV e VI, relacionados aos Estudos Africanos, essa lei proporcionou o

27 Jean M. Allman, “#HerskovitsMustFall? A Meditation on Whiteness, African Studies, and the Unfinished Business of 1968”, *African Studies Review*, v. 62, n. 3 (2019), pp. 6-39 . Para uma cobertura mais abrangente da Bancada Negra de 1968, ver Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 97-106.

financiamento de um programa de pós-graduação em Estudos Africanos através de bolsas de estudo, bem como o apoio a estudos linguísticos e às áreas em que as línguas em questão estavam sendo estudadas. Isso levou ao estabelecimento de novos centros de Estudos de Área, assim como ao fortalecimento dos centros de Estudos Africanos mais antigos.²⁸ Este crescimento dos Estudos Africanos foi possibilitado pelas ligações entre estudiosos importantes e agências governamentais estadunidenses. A evidência sugere que alguns dos principais africanistas estadunidenses tinham conexões com políticos, militares e agências de segurança dos Estados Unidos, principalmente a Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency, CIA). Martin e West apontam que a CIA financiou secretamente o Instituto Africano Americano (African American Institute) e o Congresso para a Liberdade Cultural (Congress for Cultural Freedom), e também apoiou e planejou clandestinamente algumas das iniciativas da ASA. Uma carta de Melville Herskovits para o diretor da CIA indicando que a associação e a sua rede de acadêmicos “ficaria feliz em ajudá-lo da maneira que puder” sugere esse tipo de conexão.²⁹

Grandes financiadores, como a Fundação Ford, apoiaram fortemente a guerra sem quartel do governo estadunidense contra o comunismo global, encorajando intensamente as instituições financiadas a se esforçar para promover o “progresso humano” diante da “ameaça mortal a qualquer esperança de progresso humano representada pelas guerras e pelo comunismo”.³⁰ A Carnegie Corporation concebia o papel da Universidade como agência executora da política externa dos Estados Unidos e como um instrumento para a formulação de políticas.³¹ Assim, forneceram grandes montantes de recursos financeiros para dar o pontapé inicial nos centros de Estudos Africanos das universidades dispostas a promover essa agenda política.³² Outros centros voltados para o estudo da

28 Dressel, “The Development of African Studies in the United States”, p. 68.

29 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 91-92, 97.

30 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, p. 91.

31 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, p. 91.

32 Ferreira, “The institutionalization of African Studies in the United States”, pp. 71-88.

Ásia (especialmente Índia e China), Rússia e outros atores que eram de interesse estratégico para os Estados Unidos são anteriores ao estabelecimento dos Estudos Africanos.³³

Em segundo lugar, os Estudos Africanos estiveram inicialmente ligados à questão da posição das minorias étnicas, especialmente os afro-americanos. Tratava-se de relacionar historicamente os afro-americanos às suas origens africanas – um exotismo que permeou o racismo científico estadunidense na época. A alienação das minorias étnicas da participação social, política e econômica cotidiana exigia, nas palavras de Tiyambe Zeleza, “a separação da suas culturas e continentes ancestrais das narrativas disciplinares”, e ao mesmo tempo, por outro lado, “a expulsão das minorias raciais dos próprios programas de Estudos de Área em nome de uma objetividade espúria”.³⁴ Os guardiões dos portões dos Estudos Africanos determinavam o que percebiam como principais temas de interesse, donde a ênfase no tráfico de escravos, na escravidão e na liberdade, assim como na antropologia social da produção camponesa e dos processos políticos na África. Esses temas aguçavam a curiosidade intelectual de acadêmicos liberais brancos da esquerda ativista, que acreditavam (pelo menos em teoria) nas noções de democracia e direitos humanos. Ao mesmo tempo, pesquisas dessa natureza encontravam terreno fértil na África, onde os movimentos políticos anticoloniais ecoavam o ideário liberal dos Estados Unidos. Assim, o nacionalismo africano pegou carona nas páginas legitimadoras dos africanistas.

Em terceiro lugar, o foco diversificado das pesquisas dos primeiros Estudos Africanos foi também motivado pela constatação, por parte dos políticos estadunidenses, de que o cidadão médio era desgraçadamente ignorante sobre o “Outro” lá fora. Pensava-se que essa ignorância era perigosa para a aposta feita pelos Estados Unidos na conquista do controle da política e dos processos econômicos globais. Essa ignorância também

33 Melville J. Herskovits, “Thoughts on American Research in Africa”, *African Studies Bulletin*, v. 1, n. 2 (1958), pp. 1-11 [↗](#).

34 Zeleza, “Reckoning with the Past”, p. 8.

poderia levar à derrota em qualquer batalha ideológica. A solução foi, então, “internacionalizar o conhecimento na Academia estadunidense e simultaneamente reforçar a supremacia das disciplinas eurocêntricas”.³⁵ Neste sentido, os Estudos Africanos, assim como os outros Estudos de Área, foram orientados desde o ponto de vista da experiência e do viés ocidentais, e buscaram padronizar o processo de produção do conhecimento de acordo com o modelo. Nesse sentido, os Estudos Africanos permaneceram exóticos para a maioria dos próprios africanos.

Para entender melhor o raciocínio por trás dos Estudos de Área e suas transformações ao longo dos anos, é importante que nos envolvamos em momentos particulares nos Estados Unidos a partir da década de 1950. Em julho de 1958, o Senado autorizou a Comissão de Relações Exteriores a fazer “um completo estudo sobre a política externa dos Estados Unidos” em diferentes áreas. Para a África, Melville Herskovits, do Programa de Estudos Africanos da Universidade Northwestern, foi encarregado de examinar o estado atual das coisas e de fazer recomendações sobre como os Estados Unidos poderiam lidar com o continente nos diversos campos. Como especialista em África reconhecido pelo governo, Herskovits era regularmente consultado para dar opiniões sobre muitas questões diante da Comissão de Relações Exteriores.³⁶ As suas amplas conclusões e recomendações tornaram-se um importante material de base que informou o Comitê do Senado a respeito do continente – algumas das quais serão resumidas aqui, de modo que possamos refletir brevemente sobre suas implicações para os Estudos Africanos. Herskovits observou que o impulso no sentido do autogoverno significava que os Estados Unidos eram obrigados a tomar consciência das mudanças na África subsaariana e a se preparar adequadamente para se engajarem mais com os governos africanos (de uma forma “flexível”, “positiva”, “amigável”

35 Zeleza, “Reckoning with the Past”, p. 8.

36 “Statement of Melville J. Herskovits, Director, Program of African Studies, Northwestern University”, *Recruitment and Training for the Foreign Service of the United States: Hearing before the Committee on Foreign Relations, United States Senate, 85th Congress, 27 maio 1958.*

e “imaginativa”), argumentando que os africanos em breve se tornariam atores políticos relevantes. Aconselhou o seu governo a compreender as aspirações africanas e a assumir uma abordagem de não-alinhamento, ainda que provendo, quando necessário, ajuda militar e assistência estratégica como uma forma de tentar ao máximo incentivar transições pacíficas em lugar de conflitos violentos. Como ponto crítico, ressaltou a importância da ampliação do apoio ao ensino e à pesquisa sobre África como meio de incrementar o contato com o continente. Segundo ele,

os Estados Unidos devem aumentar consideravelmente a verba para intercâmbios e programas educacionais de todos os tipos. Devem ser apoiados projetos que conectem pesquisadores americanos e seus homólogos na África, disponibilizando assim para os países africanos nossos melhores recursos educacionais. O número de bolsas para africanos estudarem em instituições americanas de ensino superior e tecnologia deveria ser materialmente aumentado. Os programas existentes para formar especialistas a serem enviados para a África na condição de assessores técnicos ou membros do serviço diplomático, nos aspectos humanos do seu trabalho, deveriam ser ampliados.³⁷

Herskovits recomendou ainda que fosse fornecida à África mais ajuda técnica e assistência específica para projetos de infraestrutura pública, “à luz das necessidades da região e dos interesses americanos”.

Para tornar isso possível, sugeriu que agentes de desenvolvimento estadunidenses fossem recrutados para realizar variados estudos, vivendo no próprio continente africano. Na sua recomendação 14, ele afirmava: “ainda há grandes lacunas no conhecimento americano sobre os caminhos pelos quais os problemas da economia africana podem ser superados. Para que a assistência técnica, empréstimos e doações sejam utilizados para o desenvolvimento de Estados estáveis e prósperos na África, muito mais precisa ser aprendido sobre as características dessas sociedades”.³⁸ Como um antropólogo africanista que já pesquisava África há algum

37 Melville J. Herskovits, “Herskovits on the U.S. and Africa”, *Africa Today*, v. 6, n. 6 (1959), pp. 11-14 [↗](#).

38 Herskovits, “Herskovits on the U.S. and Africa”, p. 14.

tempo, Herskovits estava matando dois coelhos com uma só cajadada. O que tudo isso demonstra é que a política estadunidense para a África e as recomendações para fortalecer os Estudos de Área não eram meramente um produto de decisões políticas precipitadas, mas eram informadas por posições intelectuais fundamentais dos seus principais pesquisadores, que eram, eles próprios, entusiastas dos Estudos de Área. É possível que as ideias de Herskovits tenham influenciado o NDEA de 1958, que já discutimos acima.

Desde 1952, os “especialistas” dos Estudos de Área, embora reconhecessem as dificuldades de delimitar os seus objetos, começaram a fornecer reflexões preliminares sobre o que eram esses estudos e a refletir sobre sua metodologia. Em uma edição especial sobre Estudos de Área no *International Social Science Bulletin* [*Boletim Internacional de Ciência Social*], por exemplo, o editor, embora modesto na definição proposta, foi ousado o suficiente para ver os Estudos de Área como “uma arma de paz ou guerra”, argumentando que “um conhecimento exato do papel que um país estrangeiro desempenha na vida política e social pode ajudar os estrategistas numa guerra futura tanto quanto os defensores da segurança coletiva”.³⁹ E prosseguia:

o Departamento de Estado, naturalmente interessado em fornecer treinamento no exterior para seus agentes e em aprender mais sobre os países com os quais lida no dia a dia, tem incentivado bastante o trabalho realizado espontaneamente por muitas universidades americanas neste campo, e tem, de fato, instigado ele próprio tais investigações. Informação precisa é um fator essencial para a estratégia e os Estudos de Área podem fornecer material inestimável [...]. O principal objetivo dos Estudos de Área é tentar entender outro povo ou outro grupo de povos.⁴⁰

Três coisas se depreendem dessas observações. Primeiro, que os Estudos de Área foram configurados de forma proposital como instru-

39 “Area Studies – Introduction”, *International Social Science Bulletin*, v. 4, n. 4 (1952), pp. 633-635.

40 “Area Studies – Introduction”, p. 634.

mentos da política externa estadunidense e para imperativos estratégicos de segurança. Segundo, que o próprio governo dos Estados Unidos estava por trás do fortalecimento dos Estudos de Área nas universidades. Por último, que a abordagem preferida para esses estudos era empirista, supostamente objetiva, ou para usar o próprio termo do editor da edição especial acima, “científica”, entendida como informações verdadeiras e corretas a serem coletadas a partir das próprias áreas. Mas de quem era essa verdade sobre a qual escreveram estes primeiros africanistas?

Na mesma edição especial, Jean Duroselle propôs o que se tornaria a definição operacional dos Estudos de Área: “o estudo científico de uma região que apresenta uma certa unidade político-social com o objetivo de compreender e explicar o seu lugar e seu papel na sociedade internacional. Este resultado somente pode ser obtido pelo uso sistemático de todos os ramos [da ciência] que podem prover explicações válidas”.⁴¹ Aqui notamos similaridades notáveis em termos metodológicos com o *African Survey* de 1938 de Lord Hailey, discutido anteriormente – a ênfase na abordagem interdisciplinar e o desejo de reunir dados básicos de todas as áreas geográficas estudadas. Duroselle prosseguia: “a originalidade dos Estudos de Área americanos consiste de fato no seu caráter sistemático, no número e na variedade das disciplinas em que se baseiam e a novidade do objetivo em vista”.⁴² Esta abordagem não é surpreendente, na medida em que a intenção do seus financiadores era principalmente recolher dados básicos sobre a África que pudessem ser utilizados no desenvolvimento da política externa e para apoiar as corporações estadunidenses em crescimento na África. Diferentemente das grandes potências europeias que colonizaram o continente, os Estados Unidos não haviam sido expostos o suficiente à África e à maior parte do mundo até depois de 1945, quando emergiram como um ator internacional de primeira grandeza. Por essa razão, Duroselle via o propósito dos Estudos de Área como o de “deter-

41 Jean B. Duroselle, “Area Studies: Problems of Method”, *International Social Science Bulletin*, v. 4, n. 4 (1952), pp. 636-646 [↗](#).

42 Duroselle, “Area Studies”, p. 637.

minar o papel e o lugar de uma determinada área geográfica nas relações internacionais, ao lançar luz sobre dados fundamentais e acidentais”.⁴³ Estas ideias fundadoras continuaram a atormentar os Estudos de Área durante muito tempo, e embasam o declínio de sua relevância no Ocidente com as mudanças recentes na política global. Em vista disso, navegamos abaixo pelos mares dos Estudos Africanos no período posterior à década de 1960.

Estudos Africanos desde a década de 1970

Enquanto a década de 1960 (e, pode-se argumentar, o período até meados da década de 1970) esteve associada ao momento fundacional para o estudo dos reinos africanos, com ênfase na sua economia, religiões e política, assim como para a pesquisa sobre transformações contemporâneas nas sociedades urbanas e rurais, os anos 1970 assistiram a uma mudança radical. A produção da década de 1960 operava sob um forte contexto afro-otimista, encorajado pelo clima e pela promessa dos Estados recém-independentes e do crescimento econômico associado. Estes estudos produziram passados utilizáveis que deram munições aos nacionalistas africanos, possibilitando a consolidação do seu poder. No entanto, tiveram uma relevância limitada para além da euforia do pós-independência.⁴⁴ Africanistas também perderam a oportunidade de colaborar com a ascensão da primeira geração de estudiosos africanos, alguns dos quais eram seus orientandos. Houve também uma verdadeira descolonização epistemológica e metodológica, uma vez que a África continuava a ser vista sob lentes eurocêntricas.⁴⁵ A década de 1970

43 Duroselle, “Area Studies”, p. 640.

44 Arnold Temu e Bornaventure Swai, *Historians and Africanist History: A Critique – Post-Colonial Historiography Examined*, Londres: Zed, 1981, p. 63.

45 Zeleza, “The Disciplining of Africa”, p. 29. See also Zeleza, “Reckoning with the Past”.

anunciava algumas abordagens radicais para os Estudos Africanos, inspiradas principalmente em experiências da América do Sul.

Na década de 1970, as indústrias africanas de substituição de importações experimentaram uma grave retração, principalmente devido às crises do petróleo, ao alto custo da produção e à competição internacional. Isso desencadeou uma onda de agitação política, golpes e regimes militares, que culminaram na imposição de ditaduras à medida que os líderes políticos tentavam reprimir a agitação. Nessa época, as frágeis economias africanas foram ainda mais prejudicadas.⁴⁶ A situação econômica piorou na década de 1980 em virtude dos ajustes estruturais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.⁴⁷ Diante dessas realidades, novos pesquisadores ativistas como Walter Rodney, Samir Amin, Paul Baran, Paul Sweeny, Andre Gunder Frank e outros direcionaram a sua atenção para o estudo dos desafios ao desenvolvimento da África, concentrando-se no exame da posição do continente no sistema-mundo, com ênfase no legado de subdesenvolvimento sistêmico e na dependência neocolonial.⁴⁸ Entretanto, eles não investigaram a agência africana uma vez que as abordagens do sistema-mundo consistia em compreender como os processos capitalistas e políticos globais afetaram negativamente a África.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve tentativas de pesquisar assuntos sociais e políticos africanos com vista a entender a falta de coesão política e as debilidades econômicas. Os pesquisadores empenharam-se em compreender identidades, culturas políticas, problemas na prestação de serviços públicos etc. Um significativo grupo de afropes-

46 Enocent Msindo, “Post-Colonial Africa and the West”, in Toyin Falola e Martin Shanguhya orgs., *The Palgrave Handbook of African Colonial and Postcolonial History*, v. 2 (Nova York: Palgrave Macmillan, 2018), pp. 759-784.

47 Thandika Mkandawire, “30 Years of African Independence: The Economic Experience” in P. A. Nyongó (org.), *30 Years of Independence in Africa: The Lost Decades?* (Nairobi: Academy Science Publishers, 1992), pp. 86-102; Adebayo. O. Olukoshi, “The Elusive Prince of Denmark: Structural Adjustment and the Crisis of Governance Africa” in Thandika Mkandawire e Charles C. Soludo (orgs.), *Our Continent, Our Future: African Voices on Structural Adjustment* (Trenton: Africa World Press, 2003), pp. 229-273.

48 Temu e Swai, *Historians and Africanist History*, pp. 74-77.

simistas entrou em cena, atribuindo a responsabilidade pela crise, geralmente, à estrutura interna e às políticas estatais. A noção da desordem como instrumento político, o Estado criminalizado, o conceito do Estado como único meio de acesso a recursos, a análise das elites políticas – sua corrupção e má administração, e assim por diante – foi o que alimentou e encorajou os estudos afropessimistas. Isto não quer dizer que escritores africanos baseados na África não estivessem cientes dessas questões. Pesquisadores africanos tinham escrito sobre essas questões décadas antes, como por exemplo Ngũgĩ wa Thiong’o (1967) sobre militantes camponeses; Ousmane Sembène (1960 e 1980) sobre rebeliões de trabalhadores; Chinua Achebe (1963) sobre o vazio econômico e cultural da modernização; a forte crítica ao nacionalismo por Frantz Fanon em *Os condenados da terra*, e outros.⁴⁹ Entretanto, os acadêmicos africanos não acreditavam que os Estados africanos fossem irremediáveis; ao contrário, sinalizavam a necessidade de uma transformação séria e sustentável. O afropessimismo foi ao mesmo tempo uma réplica conveniente e um ataque à historiografia nacionalista (da década de 1960) e aos neomarxistas da escola do desenvolvimento e subdesenvolvimento (da década de 1970). Ganhou terreno porque, convenientemente, ignorava os males do colonialismo e do neoliberalismo, em função de sua inclinação predominantemente eurocêntrica, e, finalmente, porque alguns intelectuais africanos desiludiram-se com a performance política e econômica do continente. O crescimento do afropessimismo, associado à marginalização dos pesquisadores africanos no Ocidente, criou um solo fértil para sua nêmesis – o afrocentrismo. O afrocentrismo emergiu inicialmente no final da década de 1960, com a saída dos pesquisadores negros da ASA para formar a Associação de Estudos da Herança Africana (African Heritage Studies Association), sendo mais tarde, na década de 1980, popularizado por Martin Bernal com a publicação de *Black Athena* (1987).⁵⁰ Esta versão extrema confundiu os

49 Paul Tiyambe Zeleza, *Manufacturing African Studies and Crises*, Dakar: Codesria, 1997, pp. 427-435.

50 Para uma abordagem geral, ver Stephen Howe, *Afrocentrism: Mythical Past and Imagined Homes*, Londres: Verso, 1998.

limites entre o mito e a realidade na sua tentativa de afirmar a primazia das civilizações africanas e de restaurar o orgulho negro. O afrocentrismo não proporcionou uma crítica mais consistente da produção africanista. Em vez disso, alguns dos seus pressupostos não verificados forneceram oportunidades para os seus oponentes atacarem o afrocentrismo.⁵¹

Entre a metade dos anos de 1970 e a década de 1990, as universidades africanas sofreram múltiplas crises – crises econômicas e o aumento da manipulação por ditadores. Lutavam para financiar pesquisas, pagar salários decentes, comprar livros para bibliotecas e assinar periódicos acadêmicos caros que vinham do Ocidente. Muitos dos principais pesquisadores africanos deixaram a África para ingressar em universidades nos Estados Unidos e em outros lugares. Tornaram-se refugiados, acadêmica e socialmente.⁵² Ironicamente, a realocação de acadêmicos africanos para os Estados Unidos acontecia ao mesmo tempo que este país repensava o futuro dos Estudos Africanos, particularmente após 1989.

Devido ao fim da Guerra Fria, em 1989, à crise financeira do próprio governo federal estadunidense e aos gastos militares excessivos, bem como ao fracasso da política neoliberal e o conseqüente colapso econômico do continente, a África “caiu temporariamente do mapa das políticas” estadunidenses, assim como das agências financiadoras.⁵³ Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos presumiram que já não enfrentariam nenhuma oposição. Os Estudos de Área, que haviam contribuído para promover os interesses políticos e econômicos estadunidenses durante a Guerra Fria, entraram em uma crise de relevância, na medida em que o Conselho de Investigação em Ciências Sociais (Social Science Research Council, SSRC), o Conselho Americano das Sociedades Científicas (American Council of Learned Societies, ACLS) e outros grandes financiadores dos Estados Unidos começaram a reavaliar o seu apoio aos


51 Mary Lefkowitz, *Not Out of Africa: How Afrocentrism Became an Excuse to Teach Myth as History*, Nova York: Basic Books, 1996.

52 Zeleza, *Manufacturing African Studies*, pp. 11-21, 24-42.

53 Martin e West, “Ascent, Triumph and Disintegration”, pp. 106-110.

Estudos de Área na década de 1990. Embora os Estudos de Área tenham sobrevivido a esse crescente escrutínio, foram demandados a contribuir para conhecimentos disciplinares específicos, e a comprometer-se com a internacionalização da pesquisa em Ciências Sociais para além do seu característico foco estreito em um único país.⁵⁴ Nesta crise, os especialistas dos Estudos de Área começaram a definir o campo como “global em termos de visão, argumentos e relevância, [mas] local em termos de dados, aplicação e humanidade”.⁵⁵ Todavia, a nova ocupação global estadunidense deixou os Estudos de Área “comparativamente fracos, como enclaves dispersos de atividade intelectual orientados para um mundo fora da América” e com pouco financiamento externo além dos recursos que seus investigadores levantavam dentro das suas próprias universidades.⁵⁶


Nesta época de incertezas para os Estudos de Área, especialmente em meados anos de 1990, universidades e faculdades na área das Humanidades nos Estados Unidos que ainda estavam interessadas em ministrar cursos de Estudos Africanos tiveram de repensar e fortalecer o campo, atraindo acadêmicos sêniores da própria África. Alguns cursos foram reformulados para melhor refletir a posição das diferentes áreas geográficas nas fronteiras disciplinares globais, tal como “África na História do Mundo”, entre outros. As instituições também empregaram jovens negros estadunidenses para ajudar a reduzir a divisão entre os Estudos Africanos e os Estudos Afro-Americanos. Isto colocou em crise os antigos africanistas que se especializaram na guarda dos portões do campo, pois já não havia garantia de que seu legado seria sustentado após suas aposentadorias, à medida que novos investigadores africanos e afro-americanos iam preenchendo as vagas para Estudos Africanos nas universidades. Philip Curtin, um membro estabelecido do ASA e professor de história da Universidade John Hopkins, reagiu a esse novo contexto com um artigo

54 David Ludden, “Area Studies in the Age of Globalization”, *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, v. 1 (2000), pp. 1-22 .

55 Ludden, “Area Studies in the Age of Globalization”, p. 14.

56 Ludden, “Area Studies in the Age of Globalization”, p. 15.

controverso, intitulado “Guetizando a História da África” (“Ghettoizing African History”, publicado em março de 1995 na amplamente lida revista *Chronicle of Higher Education* [Crônica da Educação Superior]. Curtin estava seriamente preocupado com “o uso do critério racial no preenchimento de cargos no corpo docente da História da África”, argumentando que esta era uma espécie de “apartheid intelectual” que “guetizou os Estudos Africanos, fazendo do campo um enclave reservado a pesquisadores negros dentro das universidades”, com a exclusão de pesquisadores brancos formados em História da África.⁵⁷ Ele associou a fuga de cérebros africanos para os Estados Unidos ao “declínio na qualidade de suas universidades nas últimas duas ou três décadas”, o que era comprovado pelo fato de que “uma meia dúzia dos melhores historiadores africanos com menos de 50 anos de idade estão agora a seguir carreira nos Estados Unidos e no Canadá”.⁵⁸ Curtin defendia o uso das ações afirmativas para integrar a universidade em vez de “guetizá-la”. Afirmava ainda que imigrantes da África e do Caribe não deveriam ser favorecidos em relação aos estadunidenses brancos, argumentando que “a falta de um mercado genuinamente competitivo para historiadores especializados em África significa que a qualidade do trabalho no campo provavelmente diminuirá, à medida que alguns estudantes brancos qualificados de pós-graduação sejam empurrados para outras áreas da História”.⁵⁹ A arenga de Curtin foi um triste lembrete da antiga crença de que só os africanistas eram os guardiões da qualidade. O texto refletia a insensibilidade de alguns africanistas estadunidenses sêniores, e apontava infaustamente para as fundações racistas da ASA. Desde a década de 1990, vários importantes intelectuais africanos e afro-americanos passaram a dominar os Estudos Africanos nos Estados Unidos. A preocupação de Curtin se demonstrou infundada, já que nenhum

57 Philip D. Curtin, “Ghettoizing African History”, *The Chronicle of Higher Education*, 3 mar. 1995, pp. 6-7 .

58 Curtin, “Ghettoizing African History”

59 Curtin, “Ghettoizing African History”

declínio foi constatado; ao contrário, houve um grande enriquecimento dos Estudos Africanos desde então.

Antes da conclusão deste artigo, examinaremos brevemente o desenvolvimento dos Estudos Africanos no Brasil, considerado tardio.

Desenvolvimento tardio? Os Estudos Africanos no Brasil

O interesse brasileiro pelos Estudos Africanos surgiu no início da década de 1960 devido à influência, embora de curta duração, dos sucessivos regimes de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). A ideia era a de estabelecer relações com a África (e a Ásia) – o Brasil daria a si mesmo a oportunidade de ampliar a sua política externa e econômica para além dos seus tradicionais laços com os Estados Unidos e com a Europa. Este empreendimento também ajudaria a aprofundar o entendimento de práticas culturais locais que tinham raízes na África. Em essência, Livio Sansone está correto em argumentar que os Estudos Africanos não surgiram unicamente devido à necessidade do Brasil em fortalecer interesses comerciais e diplomáticos, mas também devido à evolução da política racial representada por diferentes regimes políticos na história brasileira e em resposta às demandas de intelectuais e ativistas negros radicais.⁶⁰ Entre 1960 e 1964, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas e comerciais com vários Estados africanos recém independentes, apoiou os movimentos anticoloniais, particularmente em Angola e Moçambique sob domínio colonial português;⁶¹ comprometeu-se com o ensino e o intercâmbio cultural, e por fim, criou em 1961 o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, uma agência governamental encarregada de produzir relatórios

60 Livio Sansone, “Challenges and New Possibilities: African Studies in Brazil and the South-South Connection”, *MEDIAÇÕES*, v. 25, n. 1 (2020), pp. 82-93 [DOI](#).

61 Gerhard Seibert, “Brazil in Africa: Ambitions and Achievements of an Emerging Regional Power in the Political and Economic Sector”, *4th European Conference of African Studies (ECAS 4)*, Uppsala, 15-18 jun. 2011 [DOI](#).

e outras informações básicas para ajudar o governo em seu objetivo de melhor compreender e fortalecer as relações com o Sul Global, em vez de se concentrar nos Estados Unidos e na Europa.⁶² Este instituto fechou depois do golpe de 1964, reabrindo somente em 1973 para se transformar em um centro acadêmico, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) baseado na Universidade Cândido Mendes. Esse centro publicou trabalhos significativos sobre África e Ásia na sua revista *Estudos Afro-Asiáticos*, desde 1978 até sua descontinuação em 2004.⁶³ Anteriormente, em 1959, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) havia sido fundado na Universidade Federal da Bahia, bem como o Centro de Estudos da Cultura Africana (CECA), em 1965, na Universidade de São Paulo, rebatizado em 1969 Centro de Estudos Africanos (CEA).⁶⁴ O CEAO administra a respeitável revista *Afro-Ásia*, que tem publicado desde 1965, e já recebia, na década de 1960, estudantes africanos que vinham cursar o ensino superior na Universidade Federal da Bahia. Muitos dos seus acadêmicos também fizeram trabalho de campo em África.⁶⁵ Embora essas estabelecidas instituições publicassem significativos trabalhos acadêmicos sobre África, a maioria de suas publicações não eram traduzidas para inglês ou francês para o acesso de um público mais amplo em outros lugares. Além disso, muitos pesquisadores brasileiros que podiam apenas ler e escrever em português não podiam acessar coleções de Estudos Africanos escritas em outras línguas e em outros países.⁶⁶ Apesar de o interesse pela África ter variado em função das mudanças de regime no Brasil e à sua relação com Portugal, que ainda tinha colônias até meados da década de 1970, desenvolvimentos mais amplos, como as crises do petróleo da década de 1970, a queda do muro de Berlim em 1989, e o próprio desempenho

62 Aaron Segal, “African Studies in Brazil”, *Africa Today*, v. 16, n. 4 (1969), pp. 9-12 [↗](#).

63 “Estudos Afro-Asiáticos: sobre o periódico”, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* [↗](#).

64 Sansone, “Challenges and New Possibilities”, p. 84.

65 Fábio Baqueiro Figueiredo, *Comunicação pessoal*, 6 set. 2023.

66 Segal, “African Studies in Brazil”, p. 10.

econômico nacional também impactaram a natureza das relações do Brasil com a África.⁶⁷

Desde 1965 até o começo do novo milênio, por volta de 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva assumiu o poder (2003-2010), houve uma calmaria geral na contribuição global do Brasil para os Estudos Africanos, devido ao financiamento insuficiente do governo para este tipo de pesquisas nas universidades. Havia certamente alguns trabalhos em andamento, principalmente sobre a relação entre África e o Atlântico, e nas revistas que citei acima. Os trabalhos sobre o Atlântico tiveram provavelmente seu ponto de partida com a contribuição de Franklin Frazier (um sociólogo negro), Lorenzo Dow Turner (um linguista, também negro) e depois o casal Frances Herskovits e Melville Herskovits (ambos antropólogos brancos), que realizaram trabalhos de campo na Bahia, com foco na cultura negra brasileira e nas relações raciais, principalmente na década de 1940. Como bem dito por Sansone, suas abordagens sobre o tema da “origem e a causalidade da formação da cultura negra no Novo Mundo” diferiam radicalmente, embora os informantes entrevistados fossem os mesmos. Os quatro procuravam fazer algumas perguntas-chave, nomeadamente se “a cultura negra e as estruturas familiares foram resultado da escravidão e mais tarde um ajuste à pobreza? Ou seriam africanismos, a sobrevivência de formas tradicionais de vida e cultura africanas adaptadas à vida no Novo Mundo?”⁶⁸ Esses debates sobre raça e cultura deram o tom para o que viria a ser a ênfase dominante dos Estudos Afro-Brasileiros, à medida que as questões de identidade e multiculturalismo continuavam a crescer na década de 1970.⁶⁹ Dessa forma, enquanto os Estudos Africanos propriamente ditos estavam debilitados no Brasil depois de 1964, os Estudos Afro-Brasileiros cresciam, apoiando-se particularmente em Herskovits, cuja rede de “discípulos”, colegas

67 Seibert, “Brazil in Africa”, p. 5.

68 Livio Sansone, *Field Station Bahia: Brazil in the Work of Lorenzo Dow Turner, E. Franklin Frazier and Frances and Melville Herskovits, 1935-1967*, Leiden: Brill, 2023, p. 3 ☞.

69 Sansone, *Field Station Bahia*, p. 4.


e amigos no próprio Brasil e em outros lugares lhe dava uma vantagem competitiva sobre outros grupos de pesquisadores. Entretanto, os Estudos Afro-Brasileiros dominados por Herskovits e seus discípulos tinham um escopo bastante limitado.

Quando Lula da Silva ascendeu ao poder, em 2003, foi promulgada uma lei obrigando ao ensino de culturas africanas e afro-brasileiras nas universidades, com base no entendimento de que havia um imperativo moral de se ensinar a História da África para promover o orgulho cultural, bem como a busca pela origem das famílias ex-escravizadas que compunham uma parte significativa da população brasileira. O resultado foi uma apreciação de um novo multiculturalismo no currículo.⁷⁰ Lula (e sua sucessora Dilma Rousseff, 2011-2016) também amplificaram o número de embaixadores brasileiros na África, assim como redes e empreendimentos comerciais. Entre os anos 2000 e 2008, as exportações brasileiras cresceram sete vezes.⁷¹ Durante a era Lula, o Brasil deixou de se ver como um país de Terceiro Mundo para passar a se conceber como um país desenvolvido que competia com os mercados internacionais, especialmente na África.⁷² No decorrer do período Lula, também surgiram movimentos para se incorporar a um novo bloco internacional, envolvendo grandes economias do Sul Global, que ficou conhecido como BRICS a partir das iniciais de Brasil, Índia, China e África do Sul. Concomitantemente, o Brasil aumentou o número de bolsas para africanos estudarem no país. Mais recentemente, em 2020, foi fundada uma Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABEÁfrica), com o lançamento de sua própria revista.⁷³ Esforços para traduzir algumas publicações importantes a fim de aumentar o material didático para os Estudos Africanos foram feitos, e uma importante escola doutoral de verão, a Fábrica de Ideias, surgiu na Universidade Federal da Bahia em 1998, para formar estudantes de

70 Sansone, “Challenges and New Possibilities”, p. 84.

71 Seibert, “Brazil in Africa”, pp. 6-11.

72 Seibert, “Brazil in Africa”, p. 15.

73 Associação Brasileira de Estudos Africanos .

doutorado em diversas questões sobre teoria e método relacionadas aos Estudos Africanos.⁷⁴

Embora os desenvolvimentos documentados acima sejam fundamentais, a questão do financiamento e da sustentabilidade a longo prazo dos Estudos Africanos no Brasil ainda não está clara. Sem dúvida, os Estudos Africanos brasileiros se beneficiarão ainda mais de colaborações sustentadas e amplas com acadêmicos baseados na África. Há também a necessidade de promover o multilinguismo no Brasil (e em outros lugares), o que, esperamos, permitirá maiores compromissos intelectuais com as redes de Estudos Africanos de língua inglesa e francesa. Por último, as instituições precisarão afirmar muito mais as suas liberdades acadêmicas para que a promoção e o financiamento dos Estudos Africanos não tenham de ser em grande parte responsabilidade do Estado, cuja agenda está sempre mudando. As instituições de ensino superior terão de pensar numa fórmula de financiamento alternativa.

Estudos (de Área) Africanos: o que devemos fazer?

Abaixo estão algumas reflexões sobre o que podemos precisar considerar fazer no futuro. Não afirmo que estas ideias sejam inteiramente novas ou que não sejam potencialmente problemáticas.

Primeiro, precisamos “desaldear” os Estudos de Área Africanos, precisamos globalizá-los. Mas é preciso fazer isso sem o ponto de vista dos Estados Unidos ou quaisquer atores do Norte Global. Um apelo pelo “desaldeamento” não é uma rejeição aos estudos de caso, trata-se mais de ampliar esses estudos. Devido à falta de familiaridade com o resto do continente africano, a maioria dos africanistas (e sem dúvida alguns acadêmicos africanos), estabeleceram suas zonas de conforto em pequenos e familiares enclaves de investigação que visitavam seguidamente durante décadas. Para a sua conveniência, tornaram-se especialistas em micro-histórias,

74 Sansone, “Challenges and New Possibilities”, p. 85.

antropologias e culturas políticas de aldeias selecionadas ou parte de distritos, habilitando-os a estabelecer uma pequena rede de contatos confiáveis, tradutores e transcritores em nível local, o que garantia sua segurança pessoal e bem-estar. Além disso, em um local menor é mais fácil gerenciar visitas de curta duração, pois, quando o pesquisador já é conhecido, não precisa mais passar por apresentações burocráticas a lideranças locais e assegurar outras permissões. Em terceiro lugar, pequenas áreas são mais fáceis por razões linguísticas: o pesquisador não precisaria aprender muitas línguas para fazer seu trabalho. Em quarto, áreas locais são mais baratas considerando os altos custos de uma investigação prolongada.

Embora tornar-se especialista numa área restrita fosse bom, na medida em que possibilitava descrições e análises mais detalhadas, o papel de tal lugar na comunidade global de conhecimento nem sempre era claro, pois estes estudos não privilegiavam análises comparativas globais mais profundas entre os dados recolhidos em campo e dados semelhantes de outros centros mais distantes. Sem surpresa, muitas das conclusões dos Estudos de Área revelam-se um tanto insulares e muito específicas daquele pequeno espaço. Nenhum potencial teórico profundo ou conhecimento abrangente de certos temas é facilmente derivado daí, um vez que os dados que surgem de um pequeno estudo de caso não são, em geral, representativos o suficiente para serem generalizados. Isso acontece porque a principal preocupação dos especialistas em Estudos de Área não era desenvolver teorias a partir do campo, e sim usar a África como laboratório para testar teorias e ideias usualmente vindas do Norte Global. Uma nova geração de pesquisadores de Estudos Africanos deve romper com o “aldeamento” e traçar perspectivas comparativas envolvendo múltiplos lugares e múltiplos sistemas de conhecimento dentro e fora das fronteiras de um único Estado. Isso requer um comprometimento robusto com várias bibliotecas e tradições de conhecimento, sejam indianas, islâmicas, sul-americanas, chinesas e outras para além do Norte

Global.⁷⁵ Infelizmente, na África, a maioria das pesquisas são limitadas pelas fronteiras internacionais, cada Estado formando uma rígida unidade de estudo, isolando-se dos vizinhos através de controles migratórios e dos empecilhos à obtenção de autorizações que permitam estudar comunidades relacionadas que estão apenas do outro lado do rio, no país vizinho. Entretanto, várias colaborações de pesquisa estão abrindo possibilidades para pesquisas em múltiplos locais, facilitando a comparação de dados, sua generalização e o desenvolvimento de teorias.

O nosso segundo ponto refere-se ao enfoque intelectual dos Estudos Africanos. Os Estudos Africanos descolonizados devem alargar as suas fronteiras para abordar temas desconhecidos e difíceis, cujas conclusões não são facilmente previsíveis. Tradicionalmente, os Estudos Africanos foram financiados e apoiados para ajudar a obter informações sobre África que poderiam ajudar àqueles que sobre ela exerciam poder. Os africanistas ultrapassaram o que lhes fora encomendado e fizeram um importante trabalho no desenvolvimento de novos conhecimentos sobre o continente africano. No entanto, o enfoque dominante dos Estudos Africanos tem sido a análise da natureza da política estatal, as formas das trajetórias econômicas e de desenvolvimento, religiões, culturas e sociedades civis, principalmente no quadro delimitado das fronteiras de um único Estado. Nas palavras de David Ludden:

Pressupostos intelectuais e práticas acadêmicas nos Estudos de Área dependem do poder nacional dos Estados para definir os territórios de cultura e história. Os Estados nacionais promoveram a base para os Estudos de Área. Os interesses nacionais justificaram o financiamento para os Estudos de Área nas universidades [...]. Poder-se-ia, assim, esperar que os Estudos de Área refletissem a mudança no estatuto do Estado nacional, e assim o fizeram.⁷⁶

Portanto, não é surpreendente que os especialistas em Estudos de Área não tenham feito muitas pesquisas sobre as comunidades à margem

75 Zeleza, “Reckoning with the Past”, p. 20.


76 Ludden, “Area Studies in the Age of Globalization”.

do Estado ou os tipos de política que os oprimidos praticam distantes do Estado – o que nem sempre é fácil de empreender quando se recorre à perspectiva analítica “estatizante”. Ao contrário do Ocidente, onde os Estados estão bem estabelecidos e possuem mecanismos de controle à disposição de sua população, na África (falando historicamente), os Estados não são a única e dominante entidade política. Vários outros sistemas políticos e sociais, e às vezes entidades não estruturadas, determinam certas maneiras de se fazer política, negócios, culturas e rituais. Quando alguém usa os arquivos oficiais do Estado, tais narrativas do que acontece longe do Estado não são facilmente decodificadas, como não são facilmente detectadas fazendo-se um único e restrito estudo de caso. Precisamos, portanto, realizar pesquisas diligentes e meticolosas em vários países, a partir de múltiplas fontes. Quais eram, por exemplo, as diferentes estratégias de gestão de resíduos na África pré-colonial? Que tecnologias e sistemas de conhecimento os africanos pré-coloniais utilizaram para lidar com questões de fornecimento de água e saneamento? Como eles desenvolveram formas anteriores de arquitetura, engenharia e conhecimento médico? Como é que os africanos garantiram o desenvolvimento sustentável antes do advento do colonialismo? Estas são questões não familiares e pouco palatáveis para pesquisadores que têm pressa em publicar por conta das exigências de promoções e da carreira. As respostas para essas perguntas não são normalmente encontradas nos arquivos impressos coloniais. Ademais, pesquisas como estas não geram conhecimento apenas para os Estados, mas também empoderam os oprimidos que geralmente são silenciados nas narrativas históricas, ou, quando representados, são vistos como meras vítimas, seu protagonismo solapado. Mais importante ainda, fazer este tipo de pergunta desvincula os Estudos Africanos do viés do Norte Global centrado no Estado. Se compreendermos que os pesquisadores em Estudos Africanos não são primariamente agentes do Estado, faremos o nosso trabalho de forma mais profissional e desinteressada, como se supõe que o façamos.

Em terceiro lugar, o que investigamos sobre África contribui para o nosso currículo de Estudos Africanos. Não é difícil entender por que razão parte do que ensinamos parece uma história dos europeus na África, impulsionando o “progresso” e a “civilização” – enquanto os africanos são retratados como peões desesperados com as mudanças. Neste sentido, não estamos muito longe de Trevor Roper, que acreditava que no seu tempo ainda não existia uma História da África, pois o que existia era a história dos europeus na África.⁷⁷ Um currículo não transformado está intimamente ligado a pesquisas não transformadas. Muitos textos recentes dominantes sobre política africana têm sido escrito por africanos profundamente pessimistas que apresentam a África como um lugar de desespero, um refúgio da corrupção sob a égide de problemas autoinfligidos. Estas ideias dominam o currículo de Estudos Africanos da maioria das universidades.⁷⁸ Ao dizer isso, nós não estamos convidando os afropessimistas a se converterem e se tornarem afro-otimistas, mas apelando aos especialistas para que escrevam de modo a estimular os leitores a pensar e a encontrar soluções africanas. As imagens deprimentes da África que chegam às salas de aula são, em parte, a razão pela qual, entre 2015 e 2019, os estudantes em algumas universidades sul-africanas, no University College de Londres, na Universidade de Oxford e em outros lugares exigiram uma transformação radical no currículo de Estudos Africanos.

Durante os recentes protestos de estudantes (especialmente o movimento *#RhodesMustFall*) na África do Sul e nas universidades de Oxford e Cambridge, estudantes universitários questionaram o conteúdo e os fundamentos ideológicos de alguns cursos de Estudos Africanos, e a

77 Hugh Trevor-Roper, *The Rise of Christian Europe*, [Londres]: Thames and Hudson, 1965, p. 9. Cf. Enocent Msindo, “Writing History beyond Trevor-Roper: The Experience of African History, with Special Reference to Zimbabwe”, *Keynote Address at the Zimbabwe Historical Association Annual Conference*, Midlands State University, Zvishavane, Zimbabwe, 17-19 jul. 2019.

78 Sally Matthews, “Reflections on Teaching Africa in South Africa”, *Politics*, v. 36, n. 4 (2016), pp. 467-481 ; Joel Samoff, “Triumphalism, Tarzan and Other Influences: Teaching About Africa in the 1990s” in Patricia Alden, David Lloyd e Ahmed I. Samatar (orgs.), *African Studies and the Undergraduate Curriculum* (Boulder: Lynne Rynner, 1994), pp. 35-83.

relevância de currículos de licenciatura predominantemente orientados para o Ocidente. Em 2015, o movimento de estudantes negros da Universidade Rhodes, na África do Sul, passou seis meses ocupando fisicamente a Câmara do Conselho Universitário, demandando, entre outras coisas, a africanização do currículo.⁷⁹ Na sequência dessas preocupações e do *#RhodesMustFall* um ano depois, o Vice-Reitor Adjunto de Ensino e Aprendizagem pediu aos departamentos acadêmicos que avaliassem os seus currículos e indicassem os seus planos de transformação curricular. O resultado desta demanda ainda não foi percebido, pois pouco ou nada mudou. Entre 2017 e 2019, estudantes de mestrado em Estudos Africanos da University College de Londres queixaram-se “dos numerosos desafios relacionados com a estrutura, conteúdos e as formas como a África é ensinada na UCL”. Eles escreveram uma carta aberta, acusando o departamento de ter rejeitado suas preocupações, em que questionaram “onde está o ‘africano’ nos Estudos Africanos?”, demandando dos cursos de Estudos Africanos que se relacionassem com as realidades africanas vividas e se livrassem do forte preconceito eurocêntrico ainda vigente. Além disso, solicitaram a contratação de tutores de diversas origens geográficas; que os instrutores fossem empáticos; que os professores fossem politicamente conscientes e relevantes o suficiente para permitir diversas vozes africanas e colocar “o africano” no centro dos Estudos Africanos.⁸⁰ Estes exemplos de ação dos estudantes revelam-nos uma realidade poderosa – que a revitalização e a transformação dos Estudos Africanos devem ser um empreendimento holístico que questione tanto as nossas áreas de foco de investigação como o nosso currículo quanto à sua relevância para as necessidades da África.

Há muitas questões que devem ser tratadas para superar os desafios que afetam a área dos Estudos Africanos. Uma é a questão do capitalismo

79 Brad Dennett, “Rhodes University: A Demand for Transformation”, *Mail and Guardian*, 9 set. 2015 [🔗](#). Ver também “Black Student Movement”, *Facebook* [🔗](#).

80 Jesutofunmi Odugbemi, Orapeleng Rammala e Wangui wa Kamonji, “Searching for Africa in African Studies: An Open Letter to the Teachers of Africa at UCL”, 29 jul. 2019 [🔗](#).

impresso e editorial e do acesso à literatura acadêmica. As instituições africanas dispõem de poucos recursos e a maioria dos livros e revistas sobre Estudos Africanos não são publicadas no continente, mas no Norte Global. Embora pouco possa ser feito de maneira imediata, considerando o estado das economias africanas, pesquisadores podem apoiar revistas baseadas na África publicando nelas e servindo em seus conselhos editoriais. Outra maneira é fortalecer publicações multilíngues. Revistas multilíngues atrairão potencialmente mais acadêmicos, ajudado a corrigir a divisão, por exemplo, entre africanos de língua francesa e inglesa. Isso fortalecerá estudos comparativos para além das divisões regionais e das zonas linguísticas.

Finalmente, há a questão da fuga de cérebros e seu impacto nos Estudos Africanos na África. Esse processo tem implicado que a África vem continuamente produzindo especialistas apenas para perdê-los assim que constroem um perfil forte de pesquisa. O continente permanece, assim, como um campo de formação, produzindo muitos pesquisadores emergentes. Infelizmente, muitos desses acadêmicos não desfrutam de uma boa orientação, têm uma exposição internacional limitada, lutam para publicar em periódicos do Norte Global e também são vítimas de universidades com poucos recursos e de ditaduras políticas.⁸¹ Esta geração suportou o fardo de pesquisar, ensinar e administrar. É preciso desenvolver e acelerar a orientação e ligar esses acadêmicos a uma rede global de pesquisadores em pé de igualdade. Alguns anos atrás, o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA) criou um programa intitulado “Academia de Orientadores” que deveria ser replicado em todo continente. Há também esforços para estabelecer uma rede de Estudos Africanos em África, mas não há muitos recursos disponíveis. Um bom exemplo, entretanto, é a série de oficinas promovida para investigadores emergentes em toda a região da África Austral, promovida há alguns anos pelo *Journal of Southern African Studies*.

81 Thandika Mkandawire, “Three Generations of African Academics: A Note”, *Transformation*, v. 28 (1995), pp. 75-83 ☒.

Conclusão

A emergência dos Estudos de Área no Norte Global foi parte da evolução de seus interesses políticos e econômicos globais. Dessa forma, os Estudos de Área evoluíram *in tandem* com as sucessivas mudanças nesses interesses. Como produto da Guerra Fria, os Estudos de Área foram sustentados e patrocinados principalmente pelo governo estadunidense e suas corporações patrióticas, com a esperança de que eles os ajudassem a compreender as diferentes áreas geográficas do mundo para facilitar o seu controle político e econômico. Esperavam que, ao dominar a agenda intelectual das áreas, pudessem vencer a batalha da Guerra Fria, afastando as mentes dos educandos do comunismo para o bloco capitalista através da oferta de bolsas de estudo. Na prática, tentavam tapar um rompimento de barragem com as suas próprias mãos nuas, pois o controle global não era absolutamente possível, e a produção acadêmica desviante não podia ser eliminada. O fim da Guerra Fria significou uma crise para os Estudos de Área, que tiveram de se repositonar no esquema geral das coisas. Globalmente, os Estudos Africanos ainda tentam navegar por essas mudanças num contexto de financiamento significativamente reduzido dentro da universidade neoliberal. Para reforçar os Estudos Africanos, a África deve se envolver de forma robusta com múltiplos sistemas de conhecimento globais; criar mais revistas baseadas no continente; ampliar os programas de orientação acadêmica para apoiar os pesquisadores emergentes no continente; “desaldear-se”; e, por fim, repensar o currículo dos Estudos Africanos.

Recebido em 3 dez. 2022

Aprovado em 4 set. 2023

doi: 10.9771/aa.v0i68.52061



A ideia de Estudos de Área emergiu antes da Guerra Fria. No entanto, devemos distinguir a gênese da ideia da sua institucionalização tardia nas universidades ocidentais pós-1945. Usando os Estudos Africanos com um estudo de caso, esse artigo examina as primeiras origens dos Estudos de Área pré-1945, principalmente na Inglaterra. Em seguida, traçamos o desenvolvimento dos Estudos Africanos nos Estados Unidos, e sua conexão com as mudanças políticas e interesses econômicos após 1945, bem como seu desenvolvimento tardio no Brasil. Essa versão de Estudos Africanos refletiu amplamente a evolução do interesse dos países que os apoiaram e financiaram. Produzindo conhecimento utilizável que fomentava principalmente os seus empreendimentos coloniais e neocoloniais, guardiões das fronteiras do campo surgiram no Norte Global, tendo fundado revistas acadêmicas e associações de Estudos Africanos bem financiadas, as quais, por um tempo, raramente envolviam estudiosos negros da África. Os investigadores dos Estudos Africanos continuam lidando com esses legados fraturados e agendas de pesquisas que favorecem os financiadores do Norte Global.

Estudos Africanos | Estudos de Área | Melville Herskovits | Carnegie Corporation | Lord Hailey

***THE AFRICAN (AREA) STUDIES EXPERIENCE:
AN INTELLECTUAL HISTORY***

The idea of “Area studies” emerged before the Cold War. However, we must distinguish the genesis of the idea from its later institutionalisation in Western universities post-1945. Using African studies as a case, this paper examine the early origins of Area studies pre-1945, chiefly in England. We then trace the development of African studies in the USA, its connection to the changing political and economic interests after 1945 and its belated development in Brazil. This version of African studies largely reflected the evolving interests of countries who supported and funded it. It produced usable knowledge that primarily advanced their colonial and neo-colonial enterprises. Gatekeepers arose in the Global North, who founded well supported academic journals and African studies associations that, for a while, seldom engaged with black scholars in Africa. African studies scholars are still dealing with these fractured legacies and research agenda that favours funders from the Global North.

African Studies | Area Studies | Melville Herskovits | Carnegie Corporation | Lord Hailey